

A Clínica Psicanalítica no Centro Socioeducativo: Considerações sobre a Transferência

DÉBORA FERREIRA BOSSA

Introdução

O desenvolvimento deste estudo parte da implicação e dos impasses encontrados pelo profissional de psicologia, com orientação psicanalítica, em atuação no centro socioeducativo, e pretende contribuir para o conhecimento sobre a construção de escutas que ampliem as possibilidades de atuação com o adolescente em risco de envolvimento com a criminalidade. Os conhecimentos produzidos a partir da prática de escuta dos adolescentes em conflito com a lei possibilitam discussões políticas e jurídicas sobre os efeitos subjetivos e sociais das práticas de privação de liberdade.

Para isso, faz-se, primeiramente, necessário considerar que os centros socioeducativos são instituições públicas que acolhem adolescentes entre 12 e 21 anos de idade, que tenham cometido ato infracional. O ato infracional, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8.069/1990), refere-se como “conduta descrita como crime ou contravenção penal” (Art. 103), sendo considerado como ação análoga a um delito estabelecido pelo Código Penal Brasileiro. A privação de liberdade é prevista pelo ECA (Lei n. 8.069/1990) como medida de reinserção social do adolescente que esteja em risco de envolvimento com a criminalidade. No processo de reinserção social é previsto o acompanhamento integral do adolescente por meio de equipes multiprofissionais, cujo programa de atendimento, organização e gestão das medidas socioeducativas é instituído pela Lei n. 12.594/2012, que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

O trabalho da equipe multidisciplinar faz parte da metodologia de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida do socioeducativa de privação de liberdade. No Artigo 12 do SINASE (Lei n. 12.594/2012) são espe-

cificadas algumas das áreas profissionais que compõem as equipes de atendimento multidisciplinar, compostas por profissionais da saúde, educação e assistência social, e considera que as equipes podem ser complementadas por outras áreas profissionais para atender as especificidades dos programas de atendimentos socioeducativos. Essa equipe é responsável pela elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA), que tem por finalidade organizar a prática do atendimento ao adolescente para cumprir os objetivos das medidas socioeducativas de privação de liberdade. A equipe também elabora os relatórios de avaliação da medida socioeducativa de privação de liberdade que são enviados ao poder judiciário. Esse relatório, conforme o Artigo 58 da referida lei, trata de apresentar a evolução do adolescente no cumprimento do plano individual, podendo servir como apoio para que o poder judiciário mantenha ou suspenda o tempo da aplicação da medida socioeducativa de privação de liberdade.

De acordo com a Lei n. 12.594/2012, são instituídas seis formas de medidas socioeducativas, as quais são: (I) advertência; (II) obrigação de reparar o dano; (III) prestação de serviço à comunidade; (IV) liberdade assistida; (V) semiliberdade; (VI) internação em estabelecimento educacional. E, em síntese, os objetivos das medidas socioeducativas são: (I) responsabilizar o adolescente pela gravidade do ato infracional, incentivando sua reparação; (II) integração social do adolescente e a garantia dos direitos individuais e sociais; (III) a desaprovação da conduta infracional por meio da privação e restrição de direitos previstos em lei.

Os objetivos II e III apresentados no artigo primeiro, parágrafo do (Art. 1º, § 2º), da lei apresentam pontos de questionamento e interesses para a investigação. Isso porque, o segundo objetivo revela que as medidas socioeducativas prezam pela integração do adolescente e pela garantia de seus direitos individuais e sociais; enquanto que o terceiro objetivo indica que a medida é uma forma de desaprovação da conduta infracional a partir da privação de liberdade ou restrição de direitos. A proposta da medida socioeducativa de privação de liberdade retira o adolescente da circulação social e, pelo isolamento e visa sua integração, de forma que a aplicação parece destoar do objetivo a ser alcançado. A privação de liberdade é, portanto, uma prática que isola, ao mesmo tempo em que visa responsabilizar o adolescente pelo ato infracional cometido a partir da desaprovação, tendo como premissa a reintegração social do adolescente em risco de envolvimento com a criminalidade.

Na descrição posta pelo SINASE (Lei n. 12.594/2012) sobre os objetivos da medida socioeducativa de privação de liberdade, e composição das equipes multidisciplinares para o acompanhamento do adolescente, é possível observar que existem impasses para o trabalho do psicólogo e na escuta do sujeito em privação de liberdade. A percepção de alguns adolescentes sobre a função do psicólogo na equipe de atendimento pode ser fundamentada no interesse de servir como um recurso para abreviar seu tempo de internação,

utilizando-se do espaço de escuta para o exercício de convencimento de suas intenções futuras que estejam de acordo com os objetivos esperados pelo cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade, os quais podem não coincidir com o desejo do sujeito.

Assim, a afetação e os impasses diante da lógica da organização do sistema socioeducativo, e sua prática cotidiana, fazem movimentar inúmeras questões e (im)possibilidades de ação e escuta do psicólogo de abordagem psicanalítica nas unidades socioeducativas. Este estudo busca, portanto, engendrar pelo campo da psicanálise o conceito de transferência, para a significação da escuta do sujeito no espaço institucional, cuja prática parte do pressuposto de que é possível a atuação da clínica psicanalítica, enquanto escuta do desejo e do sofrimento, em diversos contextos e espaços institucionais, buscando a leitura clínica dos fenômenos subjetivos e sociais.

Rosa (2004) considera que a aplicação da psicanálise em diferentes contextos possibilita desvendar a relação entre o sujeito e os fenômenos socioculturais e políticos, além de abordar os impasses da subjetivação na atualidade. Nesse sentido, a transferência não é exclusividade da clínica psicanalítica tradicional, uma vez que o inconsciente está presente em todas as manifestações humanas. Conforme Chrisóstomo, Moreira, Guerra e Kyrillos Neto (2018), ao ocupar outros espaços para além da clínica tradicional, a prática psicanalítica fundamenta sua ênfase na fala do sujeito, e ao utilizar os princípios da psicanálise afirma seus fundamentos.

Para isso, este estudo buscou a compreensão do conceito de transferência nas obras de Sigmund Freud (1856-1939) e Jacques Lacan (1901-1981), e outros autores que contribuíram com o desenvolvimento da psicanálise, com a finalidade de questionar sobre a lógica do funcionamento da transferência na clínica psicanalítica no centro socioeducativo. O conceito de transferência é analisado a partir da experiência de escuta de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, a partir do qual são discutidos seus impasses e implicações, com a finalidade de propor reflexões sobre a construção de uma clínica psicanalítica atravessada por questões políticas e sociais, desenvolvida na tensão entre o exercício clínico em um espaço de privação de liberdade e a liberdade para falar proposta pela associação livre, técnica que desencadeia a estruturação da psicanálise enquanto prática terapêutica.

A análise do conceito de transferência é desenvolvida, neste capítulo, em dois momentos. O primeiro apresenta breve revisão bibliográfica sobre a transferência para a especificidade da clínica psicanalítica da adolescência, isso porque é importante considerar que antes do ato infracional existe o sujeito adolescente, o qual deve ser o foco do atendimento multiprofissional nos centros socioeducativos. E, no segundo momento, a transferência é analisada a partir de considerações construídas no atendimento de adolescentes no centro socioeducativo para cumprimento de medida de privação de liberdade. Pontuou-se construções clínicas a respeito da transferência a partir de

três aspectos: a repetição dos laços de violência na relação transferencial por parte do adolescente; a construção da escuta do desejo do adolescente, que pode se apresentar direcionado para a sua permanência no crime; e a afetação do analista diante do relato das cenas de violências presentes nas práticas infracionais.

É a partir desses três tempos de reflexão, fundamentados pela escuta de adolescentes em privação de liberdade, que apresentaremos hipóteses para a resolução da questão que orientou este estudo: como manejar a transferência da clínica psicanalítica no centro socioeducativo? Para a construção dessa questão coloca-se em evidência a urgência de trabalhar com os conceitos fundamentais da técnica psicanalítica para sua prática e transmissão, ultrapassando a condição de uma aplicação da técnica psicanalítica, ou recomendações para a inserção da clínica psicanalítica nos centros socioeducativos.

A transferência na clínica psicanalítica com adolescentes

No início da obra de Sigmund Freud, a transferência não recebeu relevância tal como deveria para o processo terapêutico (Freud, 1905a/2006; 1912a/2006; 1914a/2006). No decorrer de sua obra, porém, a transferência tomou espaço prioritário para o andamento do trabalho analítico, sendo compreendida como o processo de reedições das moções e fantasias; ou seja, como uma série de experiências psíquicas prévias, que não são vivenciadas como passadas, mas reeditadas na figura do médico. Para Freud (1912a/2006), a transferência é a principal forma de resistência, uma vez que esta tem a ver com todo esforço psíquico para impossibilitar o avanço do paciente na análise, sendo utilizada para produzir os impedimentos que tornam o material inacessível ao tratamento.

O manejo da transferência, de acordo com Freud (1915a/2006), é o principal desafio encontrado no tratamento analítico. A relação analítica suscita afetos amorosos que devem ser avaliados a partir dos lugares ocupados tanto pelo paciente quanto pelo analista. Este deve manter a relação transferencial para o trabalho analítico a fim de remontar às origens inconscientes ao suscitar o que se manteve oculto sobre a vida erótica do paciente. Lacan (1958/1998) identifica que o manejo da transferência constitui o segredo da análise, o qual revela o desdobramento da relação transferencial apresentada sobre a figura do analista na situação de análise. É por essa via de entendimento que Lacan (1958/1998) afirma que “a psicanálise deve ser estudada como uma situação a dois” (p. 594).

Freud (1912b/2006) considera que a técnica psicanalítica, pautada na análise da transferência, possibilita ao paciente mencionar aspectos de sua vida que já sabia, mas que evitava manifestar devido às resistências convencionais. A análise da transferência pode ser dificultada por partes íntimas dos analistas, as quais devem ser por ele controladas, a fim de que sua escuta

seja guiada pelos desejos do paciente. Freud (1914a/2006) indicou que o nascimento da psicanálise só foi possível mediante a substituição da hipnose pelo método capaz de priorizar a experiência da fala do sujeito. Dessa forma, a clínica psicanalítica se constituiu a partir da identificação de dois conceitos fundamentais: a transferência e a resistência.

A transferência é identificada como um sentimento, ou uma constelação de sentimentos, experimentado pelo paciente, que se apresenta de modo claro e evidente, mas é despercebido pelo sujeito. A resistência, por sua vez, é assimilada pela situação de oposição que essa palavra representa no senso comum, indicando o obstáculo que o sujeito revela em análise para a continuidade do tratamento (Lacan, 1956/1998).

Lacan (1956/1998) propõe que para saber o que é transferência é preciso saber o que acontece em análise, e para conhecer esta segunda condição é preciso saber o lugar de origem da fala. O advento da fala é encoberto pela resistência, compreendida por uma disposição imaginária que ultrapassa a individualidade do sujeito, cuja condição estrutura sua relação dual, pela qual o Outro se manifesta.

Lacan (1957/1998) considera que é somente no lugar de Outro, essencial à estrutura do simbólico, que o analista pode receber o investimento da transferência. A partir desse lugar de Outro, na transferência, o analista é autorizado a desempenhar seu papel no inconsciente do sujeito, e a tomar a palavra para intervenções adequadas à dialética do sujeito estabelecida pela relação de desconhecimento, denegação e alienação narcísica. Essa dialética se define pelo privado, ou seja, por ser próprio do eu.

A transferência na relação analítica com o adolescente apresenta particularidades, de modo que, primeiramente, é preciso apreender considerações a respeito da adolescência. A adolescência, conforme Lacadée (2011), é um tempo lógico, no qual o sujeito exige novas maneiras de ser, de estar fora, de ligar-se aos outros e de ser livre. Nesse sentido, separar-se do meio familiar, escolher outra via e eleger novos objetos são as consequências desse tempo lógico.

A adolescência, conforme apresentou a psicanálise, exige do sujeito o encontro com o sexo, o que não quer dizer, ainda do encontro sexual, mas com seu posicionamento diante da partilha dos sexos, da castração e da diferença sexual. Esse momento é caracterizado pela relação do sujeito adolescente com a alteridade, ou seja, com o Outro inconsciente, que o sujeito não reconhece como sendo seu, mas foi constituído a partir da incorporação dos pais na infância. Assim, a adolescência é um longo trabalho de elaboração de escolhas e elaboração da falta no Outro (Alberti, 2010).

A adolescência é o momento de transição que se opera diante de uma desconexão no sujeito entre seu ser criança e seu ser adulto. Nesse momento está implicada uma escolha decisiva que inclui a dimensão inédita de um ato, o qual tem importância para as patologias, pois se configura como tentativa de inscrever a parte real ligada ao objeto *a*. A descoberta freudiana se ordena

a partir de algo que o sujeito não pode nomear, e ao fazer furo no real o reenvia a um vazio. O real, Freud denominou como *das Ding*, e Lacan nomeou por objeto *a*. É com esse vazio que o adolescente se depara, e com o qual tenta preencher com ideais de bem-estar ou também com o que de pior pode se deparar (Lacadée, 2011).

O adolescente percebe as modificações de seu corpo como sendo outro corpo, despreocupação com sua infância e subvertendo os significantes ideais do Outro parental, vivenciando sua metamorfose com sentimento de estranheza. O adolescente se depara com algo intraduzível na língua do Outro e se confronta com impasse, com o sentimento de vazio, de vergonha (Lacadée, 2011).

Ao revisar a obra *O despertar da primavera*, de Wedekind (1891), Lacan (1974/2003) confina o indizível e sublinha o sofrimento do adolescente como uma experiência tanto de corpo quanto de seu pensamento. A primavera corresponde ao momento de desamparo da adolescência, ao sofrimento que se conjuga no tempo presente (Lacadée, 2011).

Na obra *Prefácio a O despertar da primavera*, Lacan (1974/2003) analisa que os meninos não pensaram em fazer amor com as moças sem o despertar de seus sonhos. A sexualidade, como furo no real, indica que ninguém escapa ileso de seus efeitos, o que indica que ninguém escapa ileso da sexualidade. É por esse motivo que o assunto é evitado e, apesar de ser uma experiência ao alcance de todos, é algo que se torna privado. “Privado de quê?”, questiona Lacan (1974/2003), “de que o púbis só faça passar ao público, onde se exhibe como objeto de uma levantada de véu” (p. 558). E na condição de o véu nada releva está o princípio da iniciação. O sentido do sentido é posto na ligação entre o mistério da linguagem e o enigma, de modo que o sentido do sentido se liga ao gozo do menino como proibido para não proibir a relação sexual, mas para cristalizar-se na não relação que vale no real.

O encontro com o real do sexo na adolescência é revelador do sujeito adolescente, isso porque se depara com a incompletude, a impossibilidade e a não satisfação plena através do objeto sexual. A nostalgia, o devaneio e a decepção são vivenciados como expressão da saudade da ilusão da infância. A adolescência, assim, pode ser compreendida como o momento de máxima tensão entre o sujeito e o Outro (Garritano; Sadala, 2010).

Freud (1909/2006), na obra *Romances familiares*, indicou que a imagem construída pela criança a respeito de seus pais é desmontada durante a adolescência, período em que as imagens parentais se tornam menos poderosas e mais imperfeitas do que havia sido percebido pela criança. Os pais são, para a criança, a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos, de forma que seu maior desejo é se igualar a eles em grandiosidade e sabedoria.

Ao crescer, o indivíduo se liberta da autoridade dos pais, o que constitui um dos processos mais dolorosos, porém necessário, para o desenvolvimento (Freud, 1909/2006). O declínio da autoridade simbólica, e das instituições sociais que lhe servem de referência, acarreta uma exacerbação do sentimen-

to de vazio e desamparo, conduzindo o sujeito à busca de outros modelos identificatórios. Conforme Lacadée (2011), o amor dos pais que o adolescente tem acesso deve ser reinventado em outro lugar. Isso explica, de acordo com Herzog e Salztrager (2011), a forte tendência entre os adolescentes de buscar uma forma de inclusão no pacto social, ou seja, uma formação grupal que possa substituir as decadentes instituições, visando o resgate de algum valor ou referência que lhe sirva de amparo, e permita ao adolescente estar fora das formações grupais massificantes e alienantes.

As formações massificantes da contemporaneidade recobrem-se umas às outras, e a mais atual se encarrega de transformar a anterior em ultrapassada, ou fora de moda. O adolescente abraçará os novos valores e ideais anunciados e criará uma nova identidade na tentativa de se esquecer do passado, se não conseguir esquecê-lo irá negá-lo veementemente (Herzog; Salztrager, 2011). Assim, o adolescente da contemporaneidade precisa enfrentar os impasses referentes ao laço social que se encontra pulverizado de referências identificatórias e enfraquecido em grandes ideais (Coutinho, 2005).

Lacadée (2011) propôs que no encontro com o psicanalista, o adolescente é convocado a orientar uma fala inédita, o que lhe oferece uma nova tomada de posição na língua. Dessa forma, o discurso da psicanálise abre espaço para acolher o desregramento e oferecer abrigo em um laço social original, no qual a palavra do sujeito encontrará socorro, a fim de refrear parte do gozo a mais que lhe abriu as portas de um desregramento dos sentidos. No trabalho analítico com adolescentes é importante dar lugar para que estes possam dizer algo de si, de sua ficção, para continuar o processo de tradução de suas próprias vidas sem se perderem. Assim, o psicanalista oferece ao sujeito, pela associação livre, a possibilidade de se orientar de outra maneira na obscuridade de seu ser.

Diante da consideração sobre a importância de reconhecer a peculiaridade do manejo da transferência para a clínica com adolescentes, busca-se propor reflexões para a questão: como manejar a transferência da clínica psicanalítica no centro socioeducativo?

A transferência no atendimento aos adolescentes em privação de liberdade

A clínica psicanalítica aplicada a outros contextos porta os princípios fundamentais de sua prática, sendo a transferência o motor desse trabalho, isso porque a clínica psicanalítica é, fundamentalmente, a clínica da fala, de forma que fazer falar é uma condição da escuta. Ao produzir o efeito da fala, o analista inicia seu trabalho e, apenas, pode fazê-lo quando consegue manter em suspenso as emergências do sofrimento em seu pedido de cura e de uma explicação sobre a causa de seus males. A fala e a escuta estão inscritas no

conceito de transferência. A transferência é o movimento que o sujeito apresenta ao analista através da fala a respeito de sua realidade, e a interpretação é o recurso do analista, cuja palavra ou ação tem efeito *a posteriori* (Figueiredo, 2002).

A transferência não é exclusividade do processo analítico, uma vez que está presente em todos os laços que o sujeito estabelece em suas relações sociais, com objetos e ideais, e a análise desse fenômeno foi essencial para o alicerce da clínica psicanalítica. Da mesma forma, neste capítulo, empreende-se a análise dos aspectos apresentados na relação transferencial da situação de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

Cabe ressaltar, primeiramente, que o exercício da escuta analítica no contexto do centro socioeducativo remonta à lógica da clínica psicanalítica ao propor a sustentação de sua ética. A psicanálise difere das demais formas de psicoterapia, conforme Lacan (1955/1998), por estar comprometida com os conhecimentos psicanalíticos, tendo o manejo da transferência como o ponto fundamental da prática que se espera de um psicanalista. Para isso, neste estudo, busca-se apresentar aspectos que tangenciam a escuta do adolescente no espaço institucional de privação de liberdade. A relevância da prática clínica nesse contexto se apoia em considerar que os adolescentes estão privados de liberdade, mas não de fala, sendo a transferência analisada em suas ressonâncias.

A escuta do adolescente no centro socioeducativo é perpassada por questões sociais e institucionais, tendo efeito político, uma vez que promove transformações do posicionamento do sujeito ante a alteridade. As questões sociais dizem respeito às experiências que precedem a entrada do adolescente nos centros socioeducativos, uma vez que, em sua maioria, são adolescentes de baixa renda, vulneráveis em suas condições familiares e sociais, bem como evadidos da escolarização e com baixo nível de letramento. As questões institucionais estão presentes no cotidiano dos atendimentos, que são, muitas vezes, desrespeitados em suas condições de sigilo, desvalorizados por outros profissionais diante do adolescente que manifesta necessidade de amparo emocional, e impedidos de ocorrência por motivos banais. No entanto, a escuta analítica do sujeito na instituição, e o exercício do profissional de orientação psicanalítica, pode surtir efeito político, uma vez que seu ato de ruptura com a lógica institucional promove efeito revolucionário, possibilitando novas incursões do adolescente no social.

Para isso, a transferência, seus efeitos e impasses são discutidos a respeito de três considerações apresentadas na cena do atendimento psicanalítico com adolescentes em privação de liberdade, são elas: a repetição dos laços de violência na relação transferencial por parte do adolescente; a construção da escuta do desejo do adolescente, que pode se apresentar direcionado para sua permanência no crime; e a afetação do analista diante do relato das cenas de violências presentes nas práticas infracionais.

Para a primeira situação, a repetição dos laços de violência na relação transferencial por parte do adolescente, é necessário apontar que a maioria dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade são de classes sociais mais vulneráveis e suscetíveis às discriminações e à violência urbana e policial, bem como vivenciam impossibilidades de acesso à cidadania e à proteção social. Rosa e Vicentin (2010) destacam que a adolescência tem ganhado atenção da sociedade nos últimos anos, principalmente em relação aos adolescentes em conflito com a lei, o que tem movimentado discussões a respeito da redução da maioridade penal e endurecimento das medidas socioeducativas. Os discursos enfatizados nos âmbitos jurídicos e médico-psiquiátricos buscam criminalizar e patologizar os adolescentes que cometeram atos infracionais, e visam responder à demanda de ordem e de segurança da população. Esses adolescentes, portanto, são colocados em condição de exílio, tendo como alvo a população pobre do Brasil, cujos diagnósticos médico-jurídicos tratam a respeito da periculosidade e irrecuperabilidade da adolescência infratora. Além disso, as autoras enfatizam a necessidade de se ultrapassar a abordagem da violência como defesa social, cujas práticas colocam a juventude pobre em espaços de exclusão e controle, na mesma proporção em que há a redução de políticas sociais. A prática interdisciplinar, por sua vez, evidencia a escuta do jovem e sua possibilidade de restabelecer um novo lugar diante do discurso social.

A ação transgressora é colocada à avaliação social, mediada pela ordenação jurídica da sociedade que a comporta. Na obra *Totem e Tabu*, Freud (1914b/2006) indicou que as sociedades primitivas impunham restrições aos sujeitos transgressores, mantendo-os apartados da comunidade, de modo que o exílio ou a exclusão eram acompanhados por rituais de expiação e purificação. As cerimônias eram organizadas com práticas que denotavam o rigor do isolamento temporário ou permanente, e conservadas pelo rigor de profissionais algozes. Assim, a punição do transgressor representa a vingança da comunidade, além de funcionar como ferramenta para coibir a repetição de sua ação por outros membros da comunidade.

A antiguidade romana utilizou a morte como proscrito ao fora da lei. Na era medieval, a proposta de execução do transgressor também era prevista como modo de tratamento e punição aos sujeitos que romperam com a ordem jurídica. A violência contra o transgressor parte de um contrato da sociedade com seus membros, de modo que o estado moderno também impõe formas violentas contra seus transgressores. A violência soberana é fundada por um pacto pautado na inclusão exclusiva da vida nua no Estado (Agamben, 2002).

Vida nua, conforme Agamben (2002), faz referência às vidas que são passíveis de serem descartadas. Esses exilados se localizam em uma zona de indiferença, a partir da qual é possível conceber a violência e a morte, ou seja, são sujeitos considerados como “matáveis”. Esse modo de compreender os excessos sociais justifica, e autoriza, as diferentes formas de violências que os adolescentes vivenciam em suas experiências urbanas com a autoridade

policial, sendo práticas naturalizadas nas diversas formas de negligências e violências presentes, e cotidianas, nas unidades socioeducativas, as quais exercem serventia social de isolar, exilar, o sujeito cuja ação recebeu desaprovção.

Alberti (2010) lembra que o massacre da Candelária, ocorrido em 1993 no Rio de Janeiro, dentre os feridos, oito jovens foram assassinados, estes com idade entre 11 e 19 anos. O crime ocorreu pouco antes da meia-noite, diante de uma igreja na região central de uma representativa cidade do Brasil. O evento demonstrou que o desejo de morte para aqueles adolescentes é maior que o desejo de assegurar-lhes a vida. O desejo expresso naquele evento era de que aqueles adolescentes, negros, pobres e desapropriados de dignidade não existissem mais.

Dessa forma, vemos nos atendimentos que os adolescentes apresentam, na relação transferencial, seu modo de responder às demandas do mundo, para o qual precisam se defender diante das ameaças e intromissões presentes e insistentes. É nesse sentido que se pontua a repetição dos laços de violência na relação transferencial por parte do adolescente, cujo ato se aprta como forma de resistência do sujeito diante das opressões sociais experimentadas. Atos de irritações, ameaças, deboches, recusas de comparecimento ao atendimento, saídas súbitas da sala de atendimento, chantagens para que o psicólogo construa o relatório de avaliação da medida socioeducativa a fim de abreviar o tempo de privação de liberdade, são condutas apresentadas como formas de responder às intervenções que os afetam.

A resistência, para Freud (1912/2006), é compreendida como condição da transferência, na qual o paciente resiste ao avanço do tratamento. De modo semelhante, no atendimento ao adolescente em privação de liberdade, a resistência pode ser apresentada pela recusa diante do efeito transformador da escuta, como também ao incômodo que as intervenções psicanalíticas provocam ao movimentar o sujeito de sua posição de gozo.

Os adolescentes repetem em suas relações com outros adolescentes e com os profissionais da unidade a experiência de violência que construíram diante da lógica social. Rosa e Vicentin (2010) retomam que o sujeito é uma concepção ético-política, sendo produto do social compreendido como rede simbólica. A violência, nesse sentido, não se resolve pela submissão de uma das partes, mas com a transformação que considere o conflito que precede a manifestação violenta.

Freud (1914c/2006) considerou que o paciente não se recorda do conteúdo recalcado, mas o expressa pela atuação, repetindo-o sem saber o que está repetindo, de modo que a transferência é um fragmento da repetição. O analisando não recorda em absoluto o que foi esquecido e reprimido, mas atua, cuja ação não se reproduz como lembrança, mas a compulsão à repetição é um modo de recordar.

Dessa forma, não é possível dissociar a repetição da transferência da resistência, isso porque a transferência é um modo de repetição, a qual é a

transferência do passado esquecido, não apenas na figura do médico ou do psicólogo que o escuta, mas nas demais situações de seu cotidiano. A repetição, por sua vez, insere-se nesse jogo ao considerar que quanto maior sua força, mais o recordar será substituído pelo repetir através da atuação. O paciente repete, em transferência, todo o material que foi reprimido, sejam suas inibições e atitudes inviáveis, sejam seus traços patológicos de caráter e seus sintomas (Garcia-Roza, 1986). Lacan (1961/2003) indicou que a demanda repetitiva não pode ser percebida pelo sujeito, a partir da qual o analista pode oferecer uma simbolização passiva quanto à sensibilidade intuitiva do que está incluso nos termos do desejo inconsciente.

Diante disso, é possível considerar que o agir do adolescente no contexto institucional de privação de liberdade se sustenta na repetição dos modos de violência, e negligências vivenciadas em suas experiências diante do lugar social a que estes são empurrados a ocupar ou a se exilar. A violência destinada a esses grupos, e à adolescência indesejada do campo social, legítimas formas de violação de direitos e promoção crescente da anulação da vida. Os jovens, por sua vez, em resistência às formas de exílio, buscam, pela atuação violenta, modos de resistir ao exílio. Ao propor ameaças na situação do atendimento, o adolescente mostra seu pavor ao experimentar sua subjetividade ameaçada pela força e poder de extermínio do Outro.

A escuta do adolescente deve, portanto, ultrapassar a dimensão da violência e propor novos modos de significação para a experiência subjetiva diante da contenção social. Massa (2019) considera que a escuta analítica, dentro ou fora de instituições, afere e interpreta a realidade, mas também a constrói e transforma; e com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa trata-se de fazer emergir seu desejo, mesmo que submetido a discursos alienantes e opressores.

A escuta do desejo coloca em questão o segundo impasse a ser construído neste estudo, a construção da escuta do desejo do adolescente, que pode se apresentar direcionado para sua permanência no crime. Diante disso, é importante considerar o efeito da proximidade com a morte que esse desejo introduz. Nos atendimentos, é possível considerar que existe uma elevada incidência de adolescentes que repetem promessas de sair do crime e “ficar de boa”, pois a permanência tem um destino comum, a morte: “Essa vida não vira, não. Ou é cadeia ou é caixão”. Tais enunciações colocam o psicanalista diante da consideração de que ao expressar o desejo de permanência no crime, o sujeito anuncia o desejo de morte.

Freud (1933/2006) considera que há a presença de um instinto destrutivo que está em atividade em toda criatura viva e que a conduz ao aniquilamento, reduzindo a vida à matéria inanimada, sendo denominado como instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos visam preservá-la. O instinto de morte, por sua vez, torna-se instinto destrutivo quando direcionado aos objetos externos, de forma que o sujeito preserva sua própria vida ao destruir a vida alheia.

Na obra *Além do princípio do prazer*, Freud (1920/2006) apontou a dicotomia entre as pulsões de vida e a pulsão de morte. As pulsões de vida são cargas energéticas psíquicas que visam o investimento e a unificação, enquanto que a pulsão de morte representa a descategorização, o retorno à inanição e à diminuição da excitação. Roudinesco e Plon (1998) esclarecem que a pulsão de vida, enquanto pulsão sexual, coincide com a assimilação da libido como Eros, e a pulsão de morte indicaria a força de Thanatos. As pulsões de vida são, portanto, a força psíquica que impulsiona o sujeito à manutenção da vida, impedindo a realização da pressão exercida pela pulsão de morte, que visa a destruição do Eu e da espécie.

A construção a respeito da compulsão à repetição, presente em *Além do princípio do prazer*, orientou Freud (1920/2006) a teorizar a pulsão de morte. A compulsão à repetição é de origem inconsciente e leva o sujeito a se colocar repetidamente em situações dolorosas e a réplicas de experiências anteriores. A pulsão de morte está presente nos processos de resistência à vida e terapêuticos, na evocação do masoquismo, na culpa neurótica e na vida anímica que apresentam tendências de agressão e destruição. A pulsão de morte, porém, não pode estar ausente de nenhum processo de vida, confrontando as pulsões de vida (Roudinesco; Plon, 1998). É por esse motivo que Lacan (1960/2008) considerou a existência apenas da pulsão de morte, de modo que as pulsões sexuais e as pulsões de autoconservação, próprias das pulsões de vida, encontram-se condensadas na forma da pulsão de morte, pois são as modalidades de gozo que dão destino à vida.

A enunciação apontada anteriormente sobre a permanência no crime como recurso à morte se relaciona ao desejo de morte consequente do gozo da transgressão, uma vez que esse propõe o enigma do sujeito com a Lei, fundada no Outro. O gozo na transgressão, conforme Lacan (1960/2008), opera-se nos sujeitos como colocação do destino à prova do risco, no qual o sujeito encontra sua potência ao se esquivar. O gozo não se apresenta apenas como uma satisfação de uma necessidade, mas como a satisfação de uma pulsão, que necessita de elaboração complexa. A pulsão comporta a dimensão histórica do sujeito, cuja rememoração é coextensiva ao funcionamento próprio da pulsão no psiquismo, onde se insere o registro da experiência, inclusive o da destruição.

Ao emprestar-se à escuta e à intervenção, o analista se depara com o desejo anunciado pelo adolescente de permanecer no crime, em seu desejo de morte, o que coloca em movimento a relação do analista com a possibilidade da própria morte. Nesse ponto, encontra-se a necessidade de recuperar o lugar de escuta do sujeito e fazer movimentar os impasses desse trabalho. Assim, a construção da escuta do desejo do adolescente em permanecer no crime, como um desejo próximo do desejo de morte, aponta para a articulação entre o desejo do adolescente e o efeito da escuta do adolescente em privação de liberdade; o que nos leva a analisar o terceiro aspecto do manejo da transferência na prática da clínica psicanalítica no centro socioeducativo:

a afetação do analista diante do relato das cenas de violências presentes nas práticas infracionais.

O relato do crime coloca em evidência o real do ato, apontando a violência para seu valor de estranhamento, ou seja, o fenômeno do *unheimlich* freudiano. De acordo com Freud (1919/2010b), o *unheimlich*, compreendido como fenômeno do inquietante, diz respeito a tudo aquilo que sofreu repressão, mas que retornou, ou seja, é algo que outrora havia sido familiar, mas que retorna como algo que provoca estranhamento, medo, angústia, susto.

O efeito inquietante é provocado pela proximidade que estabelece com a familiaridade, com o oculto (Garcia-Roza, 1986). Dessa forma, ao considerar que a escuta do relato da violência presente no ato infracional pode provocar, em transferência, o efeito inquietante, é possível identificar que a violência é um elemento da condição humana, presente na cultura e constitui os laços sociais.

É fundamental reconhecer que a violência é uma constante nos laços sociais, e a escuta analítica pode produzir o efeito de estranheza do adolescente em relação a seu ato. A obra *Por que a guerra?* (Freud, 1933/2006) apresenta a correspondência entre Sigmund Freud e Albert Einstein diante das incompreensões formuladas pelo físico sobre os impactos provocados pela Segunda Guerra. Freud (1933/2006) reconheceu que os conflitos entre os homens são resolvidos mediante a violência, a qual não é evitada dentro da comunidade. A comunidade para Freud (1933/2006) se mantém unida por duas condições: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais entre seus membros, pelos quais os homens se identificam com o grupo. Evidencia-se a existência de um instinto de ódio e destruição que inflama os homens à guerra e às manifestações violentas. Os instintos agressivo e destrutivo se opõem ao instinto erótico, proveniente do uso que Platão edificou ao termo Eros, o qual tem o sentido de unir e preservar. A polaridade dos instintos, porém, não pode ser dissociada, pois operam de modo amalgamado; ou seja, o instinto de auto preservação é erótico e está à disposição da agressividade para alcançar seu propósito.

Na obra, Freud indaga Einstein sobre uma questão que este não explorou, assim, propôs: “Por que o senhor, eu e tantas outras pessoas nos revoltamos tão violentamente contra a guerra? Por que não a aceitamos como mais uma das muitas calamidades da vida?” (Freud, 1933/2006, p. 141). Para produzir respostas à própria questão, Freud apresentou dois pontos para a argumentação: o primeiro diz respeito à revolta sentida diante da guerra em consideração de que toda pessoa tem direito à vida, para a qual a guerra interpõe seu término, além de expor os seres humanos a situações humilhantes ao compelir contra a sua vontade de matar, e destruir objetos valiosos produzidos pelo trabalho da humanidade. A segunda razão para revoltar-se contra a guerra decorre de sua condição pacifista, tendo dificuldades de encontrar argumentos que justifiquem essa atitude, uma vez que a guerra parece andar na contramão da intelectualidade, e conclui considerando que “tudo o

que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra” (Freud, 1933/2006, p. 143).

Diante das proposições de Freud a Einstein, e considerando a substituição do termo guerra por violência, pretende-se neste momento articular a respeito do efeito produzido na escuta das cenas de violência vivenciadas e produzidas nas experiências dos adolescentes envolvidos com a criminalidade, para tanto deve-se, ainda, pontuar a respeito do efeito da escuta da violência no psicanalista, e possíveis direções a serem tomadas para o manejo da transferência.

Lacan (1960/2008) considera que o sujeito possui toda a maldade que Freud reconhece, e diante da qual recua. Assim, podemos considerar que a escuta da violência a que os adolescentes se expõem, e reproduzem, pode evocar no analista o fenômeno do *unheimlich* freudiano, de modo que o sujeito porta todo o mal possível de destruição do outro e de si; contudo, tais aspectos encontram-se recalcados, podendo retornar como estranhos, estrangeiros, ameaçando-o com o efeito inquietante. Diante disso, vemos que o efeito inquietante da escuta da violência ameaça a aparente quietude inconsciente do analista em relação a tal aspecto.

Lacan (1958/1998) propõe que a posição do analista, porém, consiste em não responder desse lugar transferencial, uma vez que se deve escutá-lo e capturar o discurso para poder intervir. O analista deve sustentar o lugar de escuta e de causa do desejo, para que seja possível mudança na posição subjetiva do sujeito que fala. Conforme Figueiredo (2002), a transferência coloca em cena o inconsciente do sujeito que fala, mas também o profissional que se coloca no lugar da escuta.

A posição do psicólogo de orientação psicanalítica como profissional da equipe de atendimento nos centros socioeducativos deve resistir à produção de um saber para orientar o destino do adolescente em busca da reinserção adaptativa, uma vez que sua ética se sustenta em produzir, a partir da escuta singular, construções em que o adolescente seja implicado como sujeito. O ato do analista colocado por um dizer, uma interpretação, um silêncio ou um corte é o que coloca o sinal de sua escuta, sendo fundamental que esta retorne para aquele que fala. Dessa forma, a escuta é a questão preliminar do trabalho do psicanalista no centro socioeducativo, em que não recuar torna a tarefa ética do analista no contexto institucional (Moreira; Guerra; Souza; Oliveira; Canuto, 2019).

A escuta do relato do crime, por vezes, movimenta sentimentos ambivalentes no analista, cabendo analisar sua posição no processo terapêutico. O afeto vivenciado pelo analista diante do relato do ato infracional produz efeito na relação transferencial, correndo-se o risco de apontar para a periculosidade do adolescente e reduzir o sujeito à gravidade do ato. Conforme Lacan (1958/1998), o analista entra com sua quota na situação da análise de forma a investir no processo a partir de suas palavras, que transmutam na operação analítica, revelando seu efeito de interpretação. O analista também se insere

com sua pessoa, na medida em que se empresta como suporte para os fenômenos singulares da transferência, e com a condição de dessubjetivação para mover-se pela ética do desejo do analista. O analista sempre experimenta a transferência, devendo contemporizar como um fenômeno pelo qual não é responsável, ao experimentar os sentimentos atrelados à contratransferência. Contudo, Lacan (1958/1998) considera que a única posição possível para os sentimentos do analista é o lugar de morto, de forma que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática, situando-se em sua falta-a-ser.

Vemos, portanto, que o relato do crime pode provocar efeitos diversos no profissional que o escuta, o qual ao se identificar com o lugar da vítima, e por isso experimentar sentimentos de indignação e revolta. Esses sentimentos podem conduzi-lo, em sua prática profissional, a uma postura punitiva, evitando os atendimentos ou, ainda, tomando postura corretiva nos momentos de encontro com o adolescente. Tal postura inviabiliza a construção da escuta e de espaço para a reflexão e movimentação da posição do adolescente enquanto sujeito, e suas modalidades de gozo. Conforme indicou Figueiredo (2002), a clínica psicanalítica em seus diferentes contextos institucionais deve sustentar a ética do desejo do analista, que se movimenta pela escuta e pelo interesse nas formações inconscientes do sujeito.

Dessa forma, a escuta analítica no contexto institucional deve priorizar o manejo da transferência, buscando construções, junto com o adolescente, sobre os impasses e as ressonâncias da escuta. Para a análise e manejo da transferência, é fundamental o reconhecimento de modos de reconstrução da posição do adolescente como sujeito diante da alteridade, do desejo de continuidade no crime como sentido para a vida e destino que alcance a morte, viabilizando configurações para a implicação no laço social. Da mesma forma, a escuta, por ser sempre singular, deve movimentar o reconhecimento do registro histórico do sujeito, sua inscrição pulsional.

Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo partiu da construção da clínica psicanalítica no centro socioeducativo, tendo como premissa a escuta analítica de adolescentes em privação de liberdade. Ao propor uma leitura clínica e crítica dos fenômenos sociais, as considerações construídas neste estudo sugerem que a clínica psicanalítica nos centros socioeducativos contribui para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à adolescência. A experiência de atendimento com adolescentes privados de liberdade reconhece a recorrente carência de espaços para a escuta do sujeito que visem ultrapassar o aprisionamento do corpo, e conquistem novos olhares para a relação entre a adolescência e a criminalidade.

Com isso, é possível compreender que a clínica psicanalítica aplicada aos contextos institucionais porta os princípios de sua teoria e prática, promo-

vendo mudanças e reflexões em ambos os campos. A escuta de adolescentes em privação de liberdade forneceu contribuições para pensar o fenômeno da transferência, no qual a prática analítica se apoia, e faz movimentar questões que perpassam o vínculo do adolescente com o psicólogo, com a instituição e com a sociedade.

Este capítulo apresentou considerações que pudessem fundamentar o funcionamento da transferência nos contextos institucionais. As considerações a respeito do manejo da transferência apresentadas foram elencadas em três tempos de construção, os quais se relacionam e se sobrepõem. Isso quer dizer que a repetição dos laços de violência na situação analítica diz respeito ao lugar ocupado pelo sujeito no laço social, que pode fundamentar o desejo do adolescente em permanecer na criminalidade como forma de identificação e busca de um lugar de reconhecimento diante dos ideais constituídos. Esse desejo de permanência, porém, aponta para a proximidade com o desejo de morte e de destruição. O reconhecimento do sujeito e sua demanda pela escuta não isenta o sujeito e o analista dos efeitos e dos impasses experimentados na relação transferencial, os quais são suportes para as intervenções da escuta.

A partir da análise desses tempos, foi possível percorrer as obras psicanalíticas, e suas principais contribuições a respeito da pulsão de morte, da violência e o fenômeno no *unheimlich*, evidenciando que tanto a violência quanto o desejo de morte são elementos constitutivos do sujeito que, embora tenham destinos diferentes, retornam produzindo a repetição dos afetos, e sugerem as condições para a resistência do processo analítico. Assim, evidenciamos que a inserção da psicanálise nos centros socioeducativos, e a continuidade de sua prática nos contextos institucionais potencializam a ampliação do diálogo entre a adolescência e os riscos de envolvimento com a criminalidade, buscando construir reflexões a respeito das novas formas de subjetividades da adolescência contemporânea e, especificamente, da adolescência que ocupa espaços de anulação da palavra e que sofre os efeitos massificantes da sociedade brasileira atual.

Referências

- AGAMBEN, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ALBERTI, S. (2010). *O adolescente e o Outro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRASIL. *Lei n. 8.069/1990* de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- _____. *Lei n. 12.594/2012* de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

CHRISÓSTOMO, M. C.; MOREIRA, J DE O.; GUERRA, A. M. C.; KYRILLOS NETO, F. (2018). A pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais: algumas considerações. *Psicologia em Revista*, ano XXIV, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p655-671>. Acesso em: 10 ago. 2020.

COUTINHO, L. G. (2005). A Adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XVII, n. 181. Disponível em: http://www.machadosobrinho.com.br/2011/arquivos/material_dos_professores/LGL_PSIPDAD/Material_didatico/Adolescncianacontemporaneidade.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

FIGUEIREDO, A. C. (2002). *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público* (3. ed.). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

FREUD, S. (1905a/2006). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. VII, p. 3-76). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1905b/2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. VII, p. 76-140). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1909/2006). Romances Familiares. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. VIX, p. 127-130). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1912a/2006). A dinâmica da transferência. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XII, p. 59-66). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1912b/2006). Recomendações aos médicos que exercem psicanálise. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XII, p. 66-73). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1914a). A história do movimento psicanalítico. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XIV, p. 3-43). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1914b/2006). Totem e tabu. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XIII, p. 2-116). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1914c/2006). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XII, p. 90-97). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1915a/2006). Observações sobre o amor transferencial. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XII, p. 98-109). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1915b/2006). Pulsões e suas vicissitudes. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XIV, p. 67-84). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1919/2010). O inquietante. In: *Obras completas* (vol. XIV, p. 247-283). São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1920/2010). Além do princípio do prazer. In: *Obras Completas* (vol. XVIII, p. 3-42). São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1933/2010). Por que a guerra? In: *Obras Completas* (vol. XXII, p. 130-143). São Paulo: Companhia das Letras.

GARCIA-ROZA, L. A. (1986). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GARRITANO, E. J.; SADALA, G. (2010). O adolescente e a cultura do corpo: uma visão psicanalítica. *Polêm!ca*, ano IX, n. 3 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2792/1906>. Acesso em: 25 jun. 2020.

HERZOG, R.; SALZTRAGER, R. (2011). O sentido da revolta adolescente na contemporaneidade. In: CARDOSO, M. R. (org.). *Adolescentes*. São Paulo: Escuta.

LACADÉE, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

LACAN, J. (1955/1998). Variantes do tratamento padrão. In: *Escritos*. p. 325-365. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1956/1998) Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: *Escritos*. p. 461-495. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1957/1998). A psicanálise e seu ensino. In: *Escritos*, p. 438-460. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1958/1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*, p. 591-653. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1960/2008). *O Seminário 7, A ética da Psicanálise: seminário 1959-1960*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1961/2003). *O Seminário 9, A identificação: seminário 1961-1962*. Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife.

_____. (1974/2003). Prefácio a O despertar da primavera. In: *Outros Escritos*, p. 557-560. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MASSA, E. S. C. (2019). *O muro da escuta: o atendimento psi aos adolescentes privados de liberdade*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Estudos Psicanalíticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MOREIRA, J. O.; GUERRA, A. M. C.; SOUZA, J. M. P. D.; OLIVEIRA, N. A.; CANUTO, L. G. G. (2019). Da associação livre ao direito ao silêncio: desafios da psicanálise na escuta de adolescentes nas medidas socioeducativas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, ano XXII, n. 2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142019002011>. Acesso em: 15 out 2020.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ROSA, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, ano IV, n. 2. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26507245_A_pesqui-

sa_psicanalitica_dos_fenomenos_sociais_e_politicos_metodologia_e_fundamentacao_teorica. Acesso em: 12 ago. 2020.

ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C. (2010). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pela noção de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, ano X, n. 9. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

Fonte:

Bossa, D. F. A clínica psicanalítica no centro socioeducativo: considerações sobre a transferência. In: Teixeira, P. A. de; Ferreira, P. D.; Belo, F. R.R.. (Org.). Estudos psicanalíticos: métodos, epistemologia e cultura. 1ed.São Paulo: Zagadoni, 2021, v. 1, p. 166-184.